



Justiça Federal entrega 300 livros aos presídios

As obras foram doadas por servidores e usuários da Justiça

A Justiça Federal do Espírito Santo, por meio da doação de usuários e servidores, entregou nesta terça-feira, 8 de janeiro, à Secretaria de Estado da Justiça (Sejus) a primeira remessa de publicações arrecadadas na campanha de doação de livros para os presídios, realizada em parceria pela Justiça Federal, pelo Movimento Nacional de Direitos Humanos e pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal. Foram arrecadadas 300 obras.

A campanha é permanente e visa à promoção da cultura e do conhecimento, possibilitando que seja instituído junto à população carcerária o hábito da leitura, que contribui na formação, resgate e construção da dignidade da pessoa. Nessa primeira etapa, a Sejus recebeu 600 exemplares, sendo 300 da Justiça Federal e 300 do Centro Defesa de Direitos Humanos da Serra

(CDDH). O programa educacional “Portas abertas para a Educação”, da Sejus, orientará a implementação e organização dos espaços de leitura nas unidades prisionais.

O programa de implantação de espaços de leitura nos presídios capixabas vem se consolidando. Em seis unidades prisionais, a ação é desenvolvida pelas equipes técnicas sobre a coordenação do programa educacional.

Quem aproveitou o final de ano para fazer aquela faxina nos armários e descobriu livros que estão apenas ocupando espaço nas prateleiras ainda terá oportunidade de fazer suas doações. A urna da campanha continuará instalada na portaria do Edifício Sede da Justiça Federal (Rua São Francisco, 52, Cidade Alta, Vitória/ES).

Mais informações sobre a campanha podem ser obtidas pelos telefones: (27) 3183-5109 (Justiça



Federal) e (27) 3328-2833 (Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Serra).

Aumenta número de processos recebidos e decididos pela TNU

Enquanto o número de processos registrados pela Turma Nacional de Uniformização da Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais (TNU) cresceu 386% em 2007, se comparado a 2006, o número de decisões proferidas pela TNU – incluindo julgamentos colegiados e decisões monocráticas do presidente e dos juízes relatores – cresceu 318%. Esse crescimento se refere, principalmente, a recursos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Devido ao substancial aumento do número de processos recebidos pela TNU, o ministro determinou que a realização de audiências de distribuição passe a ser quinzenal, a partir de janeiro de 2008 – até o final de 2007 a distribuição era mensal. Além disso, convocou uma sessão para o dia 25 de janeiro deste ano, mês em que usualmente não são realizadas sessões de julgamento.

O colegiado da TNU, que funciona junto ao Conselho da Justiça Federal (CJF), é presidido pelo coordenador-geral

da Justiça Federal (ministro Gilson Dipp) e composto por dez juízes federais que atuam nos Juizados Especiais Federais (JEFs) das cinco regiões da Justiça Federal, sendo dois juízes da cada região. Compete à TNU harmonizar a jurisprudência dos JEFs em nível nacional decidindo sobre pedidos de uniformização que apontem divergências entre decisões das Turmas Recursais de diferentes Regiões ou entre essas e a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Fonte: CJF